

Ensaio

VERDADES E CONSEQUÊNCIAS

A queda da Monarquia e o triunfo da República em Portugal



por **JOSÉ MIGUEL SARDICA**

PROFESSOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

“If history has nothing to say to us, then it wouldn't make much sense to study or teach it or read about it at all. History is important to us and knowledge of the past can have a profound effect on our consciousness, on our sense of ourselves. History is a supremely humanistic discipline: it may not teach us particular lessons, but it does tell us how we might live in the world”

GORDON WOOD

THE PURPOSE OF THE PAST. REFLECTIONS ON THE USES OF HISTORY, p. 6

Há muitas máximas e conselhos, de senso comum ou académicos, utilizados em história. O escritor britânico Leslie Hartley iniciou um seu romance, *The Go-Between*, escrevendo que “o passado é um país estrangeiro”, porque “lá fazem as coisas de maneira diferente”. Outro autor britânico, o historiógrafo John Vincent, num livro provocadoramente intitulado *An Intelligent Person's Guide to History*, afirma que a “compreensão histórica” resulta de “uma narrativa de dimensões ideais”. O estudo dos últimos anos da Monarquia portuguesa e da vitória republicana em 1910 é um daqueles casos que desmente em parte a primeira afirmação e revela bem a razão de ser da segunda.

Do ponto de vista epistemológico, enquanto objecto de estudo que corporiza uma realidade exterior a nós, e que já aconteceu algures num tempo que não é o nosso, é óbvio que o passado é um mundo diferente. Acedemos a ele com base no rasto empírico e documental que ele deixou, e podemos estudá-lo através de uma narrativa histórica que o descobre e o re(a)presenta. Mas esse mesmo passado *não* é um “país” completamente “estrangeiro” porque muitas vezes, apesar da distân-

cia que nos separa dele, o que aconteceu lá atrás a outros seres humanos (factos, acasos, precedentes, sinais, alertas, tendências, desfechos), pode repetir-se, em parte ou no todo, no presente. Ao observarmos o passado, portanto, podemos aprender com ele. Não lhe extraímos quaisquer leis “científicas” imutáveis sobre a evolução colectiva; mas constatando os erros e sucessos dos que nos antecederam no palco do mundo, podemos ganhar uma sensibilidade acrescida para o misto de prudência e responsabilidade, conservação e prospectiva, que (in)forma a consciência histórica e que nos permitirá, talvez, fazer melhor em circunstâncias parecidas com as que noutros tempos ou lugares já aconteceram. É na hipótese e no pressuposto da comparabilidade trans-temporal – aceitando que é da aventura evolutiva da humanidade que se faz e fez tanto o presente como o passado, e não porque projectamos neste anacronismos “criadores” de uma história falsa – que o que aconteceu não nos deve ser totalmente estranho ou “estrangeiro”.

A história que se desenrolou em Portugal há cem anos foi a do ocaso e falência de um regime político que se deixou vulnerabilizar, rigidificar e implodir, e a da vitória de um outro, propagandeado como a melhor via para a salvação da pátria, mas que, uma vez triunfante, cavou um fosso deslegitimador entre os ideais expressos na oposição e a prática do poder. Ora, a sensação de esgotamento das fórmulas políticas que vivemos hoje, imersos no que muitos quase diagnosticam com a gravidade de uma crise de liquidação do país, lembra e repete algo do que foi o caminho da Monarquia em



O TRONO PORTUGUÊS NÃO TINHA RECURSOS QUE LHE GRANJEASSEM VASTAS DEVOÇÕES DINÁSTICAS E, POR ISSO, A SUA CAPACIDADE PARA RESISTIR AOS ATAQUES DOS ADVERSÁRIOS ERA MENOR DO QUE NOUTROS PAÍSES EUROPEUS

continente. Em todo o caso, as passagens de século parecem ter similitudes à distância de 100 anos. Como acima se viu, de pouco servirá estudar história se dela não se retirarem os ensinamentos possíveis: era isso que os Antigos queriam dizer quando a definiam como *magistra vitae*. A história pode ter uma componente mais ou menos lúdica de comemoração e de celebração. Mas só é socialmente relevante se da lembrança resultar a reflexão e se esta contribuir para a introspecção e análise colectivas. Num livro famoso escrito em 1884, Teófilo Braga, um dos patriarcas da causa *res publicana*, teorizou que a celebração dos centenários, como todas as comemorações cívicas, tinha de servir como “síntese afectiva” para a “sociedade moderna”: a comemoração histórica só era útil se se ligasse, criticamente, “à lição contida na data consagrada”. Sem isso, não serviria de chave para a aprendizagem colectiva, e não passaria de “festa de calendário”.

O que se passou em 1910 em Portugal foi a consequência última de um processo histórico acidentado que só pode ser apreendido com rigor à escala de anos ou décadas. É por isso que – recordando a segunda afirmação citada no início do texto – o passado só se compreende em contextos de tempo alargados e densificados pela narrativa histórica, um registo que muitos consideram ser a melhor *forma* para tornar inteligível o *conteúdo* factual desse mesmo passado. As coisas nunca aconteceram de forma tão sim-

direcção ao 5 de Outubro de 1910. A diferença está no facto de nessa altura a crítica ao sistema existente ter uma alternativa ainda não experimentada – o que não acontece, pelo menos para já, no presente. A comparação entre o início do século XX e o início do século XXI pode até ser alargada ao cenário internacional. Então, como agora, o panorama europeu era incerto, agitado, tenso, marcado por uma dinâmica de aceleração e mudança, entre as convicções liberais que estavam a ser abaladas e as dúvidas e cepticismos

que a angústia do progresso gerava. Não era só em Portugal que se falava de crise, de decadência ou de agitação. Era esse o traço comum da “era do Império”, da *Belle Époque* e do *Late Victorian Period*: um clima de contestação intelectual e de “fim de festa” que acabaria, como se sabe, na vertigem bélica da Primeira Guerra Mundial.

Ninguém pode predizer se é esse o rumo que a Europa actual está a trilhar, embora já se oiça que a desagregação do Euro pode pôr em causa a paz no

Ensaio

ples ou arrumada como o que depois se escreve sobre elas. Pelas suas características literárias e pela sua faculdade de criar um enredo empático e legível (o que não significa fazer da história uma ficção que transmuta o historiador em autor de “textos” auto-referenciais), é a narrativa que permite “arrumar”, tanto quanto isso é possível, o que se passou, descobrindo nexos e causalidades e conferindo ao que se conta *ex-post-factum* um sentido compreensível no presente. Explicar o 5 de Outubro implica portanto *narrar* o que foi o caminho de crise e de falência da Monarquia – do seu sistema político-institucional, das suas ideias e mentalidades e dos seus apoios sociais – e tratá-lo tanto como ponto de chegada dessa erosão como ponto de partida de algo, a Primeira República, cujo futuro era uma incógnita quando os revolucionários tomaram o poder. Sem o quadro temporal mais vasto, apenas alcançável através da explanação de um enredo narrativo, ficamos só com o mínimo, incapazes de compreender correctamente como um golpe improvisado de um punhado de militares e civis conseguiu derrubar um símbolo com 750 anos de história, e um regime – a Monarquia Constitucional – que foi o mais longo de todos os que Portugal teve na sua história contemporânea.

Este texto não pretende ser a narrativa completa da transição da Monarquia para a República em Portugal. Pelo seu carácter ensaístico, visa apenas fornecer os principais eixos a considerar quando se pretende reflectir sobre essa história. O centenário da República, comemorado em 2010–2011, foi fértil em bibliografia e em acções comemorativas. Só o tempo e uma análise extensa de todos os actos e materiais produzidos poderá revelar se dessas comemorações resultou uma nova visão sobre o 5 de Outubro, acima do registo mais ou menos laudatório ou crítico. Também não é meu propósito fazer a recensão do que se disse e escreveu nesse âmbito. De forma mais limitada, sintetizam-se aqui apenas doze teses ou grandes argumentos que considero incontornáveis para compreender a queda da Monarquia e o triunfo da República, numa perspectiva de leitura diacrónica do século XX português. Nenhuma dessas teses ou argumentos tem o estatuto de verdade única e final – porque todo o passado é revisitável e toda a história

pode ser reescrita. Mas são verdades; e da sua consideração resultam consequências, quer para a compreensão crítica do passado nacional, quer para qualquer balanço provisório e prospectivo que se queira fazer do presente.

A Monarquia Constitucional começou a cair não por causa da oposição republicana, que só tarde se organizou, mas a partir do momento em que no plano da cultura e das ideias (que antecedeu todos os outros), se começou a abalar a convicção de que uma sociedade governada por um rei liberal era o melhor dos mundos e dos futuros possíveis. A Monarquia da Carta Constitucional fora pensada como um meio-termo maleável entre o Antigo Regime e a revolução, que garantia ordem e progresso e fomentava uma evolução na continuidade através de refor-

mas gradativas, feitas a partir do poder, numa versão controlada de democratização e de desenvolvimento imune ao revolucionarismo anárquico das massas. Se se procurar superar a irredutível polissemia da palavra “república”, lembrando como desde a antiguidade a filosofia política a definia simplesmente como a melhor forma de regime para a gestão cívica da *Polis*, chega-se até ao argumento de que a cultura republicana (no sentido alargado de *res publicanismo*) era já a base substancial da Monarquia Constitucional, enquanto regime de liberdades cívicas, de participação política e de cumprimento da cidadania.

Acontece que desde a Geração de 70 aos “vencidos da vida”, passando pela “vida nova” monárquica, a elite intelectual começou a elaborar uma “lenda negra” sobre a Monarquia da Carta, que acabaria instrumentalmente apropriada

DESDE A GERAÇÃO
DE 70 AOS
“VENCIDOS DA
VIDA”, PASSANDO
PELA “VIDA NOVA”
MONÁRQUICA, A
ELITE INTELEC-
TUAL COMEÇOU A
ELABORAR UMA
“LENDA NEGRA”
SOBRE A MONAR-
QUIA DA CARTA,
QUE ACABARIA IN-
STRUMENTALMENTE
APROPRIADA PELO
REPUBLICANISMO
DO PRP





pelo republicanismo do PRP. Nos termos dessa “lenda negra”, a Monarquia – do romantismo, do fontismo e do rotativismo – era um arranjo artificial, materialista, corruptor, estacionário e obsoleto, quando não reaccionário. No limite, era um contra-senso que a “democracia” e a “ciência” não podiam, e não deviam, admitir, porque a modernidade do último quartel do século XIX exigia sistemas políticos que democratizassem os quadros liberais prevaletentes. Enunciada esta premissa, o meio-termo passou a ser olhado como um puro impasse, que uns achavam poder ser reformado e outros encaravam como descartável e removível num futuro mais ou menos próximo.

A “lenda negra” da Monarquia transferiu-se do debate intelectual das elites para a agitação das ruas no terrível biénio de 1890-1892, sob o efeito conjugado do ultimato britânico e da crise financeira e económica que conduziu o país à bancarrota parcial. A humilhação diplomática face à Grã-Bretanha teve como efeito imediato a massificação da atmosfera de radicalismo contestatário e de pessimismo e decadentismo pátrios, bem como a deslegitimação do trono, acusado de se ter rendido na questão ultramarina e de ter atraído o patriotismo que lhe competia defender. Sucederam-se, em poucos meses, *meetings*, abaixo-assinados e violentos escritos de imprensa. Para agravar a situação, as dores da política chegaram no mesmo momento em que a falência do modelo fontista obrigou muitos portugueses a repararem nas fraquezas estruturais da sua economia e no seu atraso face à Europa do desenvolvimento. O défice estatal duplicou na viragem da década de 1880 para a década de 1890 e a dívida pública revelou ter quintuplicado desde 1851 a 1890, passando de pouco mais de 80 mil contos para cerca de 540 mil contos. Nos vinte anos seguintes, até 1910, ainda aumentaria mais 24%, para 670 mil contos. Enquanto em 1860 o PNB português se cifrava em cerca de 86% da média dos países mais desenvolvidos (a Europa do Norte), em 1913 já só significaria 45%. A percepção generalizada da crise e do subdesenvolvimento acelerou a contestação política e a turbulência social, sobretudo nos espaços urbanos poli-

SE O TRONO DOS BRAGANÇAS CAIU ENQUANTO OUTROS SOBREVIVERAM (EM ESPANHA, EM ITÁLIA, NA ALEMANHA OU NA GRÃ-BRETANHA), NÃO FOI PORQUE D. CARLOS OU D. MANUEL II FOSSEM PIORES MONARCAS DO QUE OS SEUS PARES EUROPEUS.

tizados (Lisboa e Porto), onde mais se fazia sentir a miséria dos mais pobres e a ameaçadora pauperização das classes médias.

Neste contexto, e mesmo considerando que a economia portuguesa recuperou algum fôlego na segunda metade da década de 1890, que o problema da dívida foi temperado com a operação de conversão realizada em 1902, e que o próprio sistema político adquiriu (aparente) normalidade sob o rotativismo restaurado por D. Carlos em 1893, governar tornou-se uma tarefa cada vez mais difícil. Moderado, elitista e censitário, o constitucionalismo da Carta começou a revelar-se demasiado estreito e desajustado para enquadrar o crescendo de reivindicações da *masspolitik* urbana, resultante do êxodo rural, da urbanização, da terciarização, da industrialização e da alfabetização que marcaram a viragem do século XIX para o século XX. Para lá do desenvolvimento de uma mundividência cultural específica, o republicanismo fez sua a missão política de hegemonizar a opinião pública que sentia e verbalizava o descontentamento. Aliás, aquilo a que se chamava “republicanismo” era muitas vezes a expressão inorgânica da miséria e do desenraizamento urbanos. Numa das suas cartas políticas, em 1909, o conhecido tribuno republicano João Chagas ecoaria isso, ao declarar que “em rigor” não existiam em Portugal monárquicos e republicanos: o que havia era “espoliadores e espoliados”: “ao protesto destes é que se dá o nome de República, como não podia deixar de ser”. Instigando a luta de classes, o republicanismo pôde assim medrar como a principal ideologia anti-poder e a principal bandeira de todos os que, mesmo não tendo a exacta percepção do que queriam, se começavam a agrupar em torno do que *não* queriam.

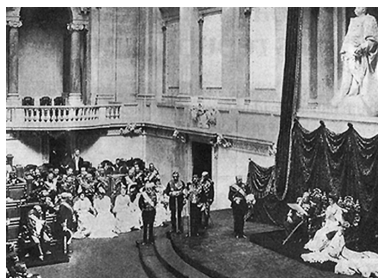
Muita gente não queria a Monarquia, e outra não queria *aquela* Monarquia. Os republicanos achavam que D. Carlos era parte substancial do problema, responsabilizando o trono pelos males da pátria, enquanto alguns monárquicos ainda acreditavam, oscilando embora entre a esperança e o desalento, que D. Carlos pudesse ser parte da solução, se a realza liderasse uma nova era de reformas. A crise monárquica não é a história da fragmentação de um *status quo* caduco, reaccionário ou opressor. Foi a versão portuguesa de um fenómeno europeu mais vasto, que tocava vários países em diferentes graus – o da desadequação do liberalismo oligárquico e dos partidos “de notáveis” à era das massas, à pressão democrática e à vertigem das sociedades da segunda revolução industrial. Se o trono dos Braganças caiu enquanto outros sobreviveram (em Espanha, em Itália, na Alemanha ou na Grã-Bretanha), não foi porque D. Carlos ou D. Manuel II fossem piores monarcas do que os seus pares europeus. Simplesmente, o trono português não tinha recursos – uma aristocracia forte, uma Igreja de Estado ou um património clientelizador – que lhe granjeassem vastas devoções dinásticas, e por isso a sua capacidade para resistir aos ataques dos adversários era menor do que noutros países europeus.

Numa “monarquia sem monárquicos”, onde o pior dos males era o “não-me-importismo constitucional” dos que rodeavam o rei – como se lamentava D. Carlos – a aceitação do chefe do Estado passou a depender cada vez mais da forma como ele favorecia os políticos na competição acrescida que estes travavam entre si. Isto teve dois efeitos combinados, ambos fatais para a sobrevivência da realza a médio prazo. O primeiro efeito foi politizar o trono e ex-

pô-lo a uma usura pública que o dessacralizou, arrancando-o à sua necessária imparcialidade. Na verdade, de acordo com o espírito da Carta Constitucional, o rei reinava, mas não governava. Era apenas um árbitro supremo, vestido com um manto de “mestre-de-cerimónias” do regime, como acontecera nos melhores tempos do reinado de D. Luís. Num contexto de crise e de agitação, D. Carlos e D. Manuel II nunca mais se puderam proteger – o primeiro porque interveio activamente nos equilíbrios da política partidária, o segundo porque, em contraste com o pai, sempre se recusou a intervir. Na percepção dos políticos preteridos, D. Carlos tornou-se um “metedicho” e um “político de facção” e D. Manuel um “inútil” e um “demissionário”. Qualquer um dos estilos aparecia como um desvio, por excesso ou por defeito, ao que a teoria cartista definia para um poder moderador régio bem calibrado.

O segundo efeito, que é correlativo da politização (ou partidarização) da realeza, é que a actuação régia, alternadamente excessiva ou inexistente, revelou-se demasiado parcial ou incapaz para conseguir arbitrar e conciliar a vida política e parlamentar. A guerrilha facciosa tomou conta do quotidiano português e o sistema começou a fragmentar-se, afligido por males que se tornaram endémicos e autofágicos: a instabilidade dos executivos (houve 20, de 1890 a 1910), a ingovernabilidade dos parlamentos (houve 14 eleições gerais e 11 dissoluções no mesmo período), as cisões partidárias (João Franco, em 1901, Jacinto Cândido, em 1903, José Maria de Alpoim, em 1905), a incapacidade de realizar reformas de fundo e a revelação e exploração de escândalos vários, envolvendo a Casa Real ou as figuras de topo dos partidos da rotação. Tudo isto minou a aceitabilidade pública da Monarquia, mesmo entre quem não se revia no ideário republicano, fazendo de “el-Rei”, como alertava João Franco em 1905, “o homem mais discutido do seu país”.

Há na queda da Monarquia mais demérito monárquico do que mérito republicano. Efectivamente, nos últimos anos do regime os monárquicos nunca se coibiram de atacar o rei, num ambiente geral de desrespeito, insulto e conspirativismo, com a agravante de o terem feito



HÁ NA QUEDA
DA MONARQUIA
MAIS DEMÉRITO
MONÁRQUICO DO QUE
MÉRITO REPUBLICANO.
EFFECTIVAMENTE,
NOS ÚLTIMOS
ANOS DO REGIME
OS MONÁRQUICOS
NUNCA SE COIBIRAM
DE ATACAR O REI, NUM
AMBIENTE GERAL DE
DESRESPEITO, INSULTO
E CONSPIRATIVISMO,
COM A AGRAVANTE DE
O TEREM FEITO MUITAS
VEZES EM CUMPLICIDADE
COM OS REPUBLICANOS.

muitas vezes em cumplicidade com os republicanos. Quer isto dizer que a história do alargamento do PRP é inseparável, e foi muitas vezes um produto, das alianças de circunstância que lhe eram oferecidas pelos homens do sistema. Quanto ao primeiro aspecto, a oposição dos rotativos ao “seu” rei atingiu o paroxismo com a campanha de regeneradores e progressistas contra D. Carlos e João Franco, em 1907 e inícios de 1908. Foi uma luta que Carlos Malheiro Dias comparou a um caso de “barões feudais contra o soberano”, ou de “feudalismo político em guerra contra a coroa”. Quanto ao segundo aspecto, as ligações perigosas entre monárquicos e republicanos foram em crescendo, entre 1904 e o Verão de 1910. Desde o “oportu-

nismo” de Hintze Ribeiro ou José Luciano de Castro até à “acalmção” de D. Manuel II, passando pelas “caçadas” de João Franco e pelo mais que suspeito *flirt* político entre José Maria de Alpoim e Afonso Costa, muita gente na Monarquia persistiu em encarar o PRP como uma estrutura cooptável – fosse para através dessa ligação à “rua” se agigantar perante o Paço, fosse por acreditar que era possível apaziguar os revolucionários e adormecer os seus instintos radicais e anti-bragantinos. Foi esta, aliás, a linha de raciocínio de Teixeira de Sousa, o último presidente do conselho da Monarquia, entre Junho e Outubro de 1910, o que lhe valeu nunca se livrar da suspeita de que era cúmplice dos republicanos.

A história não se faz com “ses...” e meras hipóteses. Mas há cenários passados que estimulam o contrafactual. É tentador especular até que ponto, se não tivesse acontecido o regicídio de D. Carlos, a República teria chegado em 1910 – e não somente em 1918 ou depois, como um efeito das consequências traumáticas da Primeira Guerra Mundial. O assassinato do rei e do príncipe herdeiro, em Fevereiro de 1908, foi um poderoso acelerador revolucionário, abrindo a porta a um curto reinado cuja história é a de um epílogo fatalista. Os 32 meses em que D. Manuel II ocupou o trono pertencem mais a uma antecâmara republicana do que à história do regime (ainda) vigente. Como Carlos Malheiro Dias resumiria, já depois do 5 de Outubro, o biénio manuelino de 1908-1910 foi apenas o “curto armistício concedido pela República à Monarquia”.

Jovem e inexperiente, o filho segundo de D. Carlos e de D. Amélia que as balas regicidas fizeram ser rei nunca se firmou no trono e nunca foi respeitado pelas várias parcialidades monárquicas que lhe disputaram o favor. À esquerda, Alpoim achava, como os republicanos, que D. Manuel II era o joguete de uma conspiração beata e jesuítica chefiada pela rainha viúva; à direita, os conservadores consideravam-no frouxo, titubeante e demasiado contemporizador com a revolução. Por consequência, ao centro – que era o lugar natural onde se firmava a legitimidade da Monarquia da Carta – não havia nada: apenas imaginários esquemas de “acalmção”. João Franco escreveria mais tarde que o 5 de Outubro



não o surpreendera, porque justamente “os regimes sucumbem e desaparecem menos pela força do ataque que pela frouxidão da defesa”, e porque “só tem direito à vida quem sabe fazer por ela”.

A “acalmção” manuelina as-sentava em vários equívocos e impossibilidades. Desde logo, na crença de que aquilo que levara D. Carlos à perdição fora a linha dura franquista por ele patrocinada: removido o caudilho (João Franco, que foi demitido e exilado após o regicídio), e lançado um prudente véu de esquecimento sobre o crime, pensava-se que tudo voltaria à normalidade. Ora esta política tolerante, cheia de simpatias para com o PRP, era um puro apaziguamento suicida – tanto mais que do lado de lá da barricada o republicanismo radical e armado já estava a ultrapassar a linha colaboracionista e moderada dos notáveis do directório (a cúpula política do PRP). Como avisou António José de Almeida n’ *A Luta*, logo em Fevereiro de 1908, a “acalmção” era a quadratura do círculo: “ou nos esmagam, ou são esmagados”, dizia o tribuno republicano. As concessões à revolução, destinadas a aplacá-la, só a encorajavam ainda mais; e era já tarde para as repres-sões, que produziam mais heróis para consumo da plebe do que vítimas e que de resto o regime hesitava em usar, preso que estava ao liberalismo que o fundamentou até ao fim.

A juntar a isto, outros equívocos minaram o reinado manuelino. O “rotativismo” de 1908-1910 foi na verdade pouco mais do que um “hibridismo” de facções políticas pulverizadas e em guerrilha permanente entre si. No exército, com o qual o Paço tinha de contar para se defender em caso de revolução, a incerteza alastrava, entre a receptividade de uns ao aliciamento republicano e carbonário, a tentação de outros em juntarem-se a um qualquer contra-golpe da direita e a pura indiferença dos restantes. No cenário internacional, até a Inglaterra, aliada tradicional dos Braganças, recuou, recusando a D. Manuel um casamento real, com o argumento de que não entregava princesas a um país onde ninguém queria saber a verdade por detrás do regicídio, e garantindo à representação republicana que visitou o *Foreign Office* em Julho de 1910 que não interviria para salvar o trono português

desde que a revolução se fizesse sem sangue. Tudo somado, a “acalmção” confluiu num beco-sem-saída: nos últimos meses do regime, sob o governo “liberalão” de Teixeira de Sousa, D. Manuel II estava sozinho, entalado entre a reacção e a revolução, e condenado, fizesse o que fizesse. Depois da radical divisão do eleitorado espelhada nos resultados das eleições de Agosto de 1910 (as últimas da Monarquia), a interrogação pública já não era se o trono tinha salvação, mas *até quando* ele resistiria ao cerco – um cerco montado tanto à direita do rei, pelo chamado “bloco conservador”, como à esquerda, pelo PRP e pela “rua” radical. Foram estes, e não aquele, quem agiu primeiro. Em teoria, se o esforço reformista da Monarquia, ensaiado pela última vez com o franquismo, tivesse revitalizado o regime, não haveria nada de inevitável no fracasso deste e na vitória dos republicanos. Na prática, porém, a partir do momento em que, como descreveu António Cabral (o braço-direito de José Luciano de Castro), “nos arraiais monárquicos” começou a “soprar um gélido vento de perdição e loucura”, a força dos acontecimentos transformou a hipótese revolucionária em fatalidade incontornável.

A Monarquia não sucumbiu em Outubro de 1910 pela solidez da oposição republicana (muito embora a máquina do PRP tenha registado um importante salto organizativo depois de 1908), mas sobretudo pela defecção generalizada dos monárquicos, que ressentiam a incapacidade patenteada pelo Paço e pelo governo em encontrar um caminho de auto-regeneração política. Como o jornal inglês *Morning Post* resumiu, “toda a Europa se admirou da facilidade com que a monarquia portuguesa foi aniquilada: mas a revolução foi menos a afirmação de sentimentos do que um protesto contra os processos dos políticos com que a monarquia se identificara”. Descobre-se assim um padrão histórico que se prolongaria ao longo do século XX: tal como em 1926 e 1974, o regime caiu, em 1910, perante um golpe de mão levado a cabo por uma vanguarda militar motivada que se limitou a mostrar-se e a resistir até ao momento em que o poder vigente constatou, por entre o indiferentismo e a inércia da maioria, que

ninguém estava disposto a defendê-lo.

O 5 de Outubro não foi portanto uma revolução social de massas, com o povo em armas, nem sequer uma esmagadora vitória militar e civil republicana. Por isso também não foi um “banho de sangue”, como seria, por exemplo, para a tradição dos brandos costumes nacionais, o 14 de Maio de 1915. Foi um golpe improvisado, que revelou toda a sua desorganização preparatória quando saiu para a rua, dividido que estava entre conspirações e interesses particulares. Os notáveis do republicanismo, que sem terem feito muito por isso se viram de repente vitoriosos graças a “heróica loucura” de Machado Santos (como chamou José Relvas à determinação do comandante da Rotunda), quase se limitaram a ocupar o vazio, depois de dois dias de escaramuças confusas em Lisboa. É isto que se apreende do tom da maioria das fontes que narram os acontecimentos do 5 de Outubro: quem não se juntou aos revoltosos também não saiu para defender a Monarquia existente; e entre os muitos que ficaram quietos e os poucos que se mexeram, o pêndulo acabou por se inclinar para a mudança e não para a salvação do regime até aí existente.

A República nasceu improvisada, burguesa, cidadina e maioritariamente lisboeta, num país que continuaria a ser rural, conservador e analfabeto. Os republicanos não seriam, em 1910, mais do que 100 mil num país com quase 6 milhões de habitantes, e por isso foi o telégrafo que “transmitiu” a República para a província. Tamanho desequilíbrio numérico nunca preocupou os tribunos da propaganda na oposição mas assustou-os de imediato assim que se viram no poder. A consequência foi uma crescente distância entre a teoria e a prática. O republicanismo era, na sua essência ideológica, uma “cultura” cívica, uma “*demopedia*” neo-iluminista, modernizadora e democratizante. Neste sentido mais geral, ele pré-existiu ao 5 de Outubro e para muitos nem sequer se confundia com os limites da máquina política do PRP. O PRP foi, isso sim, o mais hábil em apropriar-se da representação dos sentimentos e preocupações *res publicanas*.

Acontece que o exercício do poder destruiu as ilusões e impôs a lógica da so-

brevivência, num terreno que (a) parecia aos republicanos minado de adversários. O ideal generoso, reformista e inclusivo da *res publica* – como Antero de Quental ou outros a tinham imaginado – deu lugar a um complexo de cerco e a um sectarismo auto-defensivo que nunca cessaram de estreitar a base de apoio republicana. Em vez de se consensualizarem, nacionalizando (ou seja, enraizando) a República, os homens de 1910 optaram por (tentar) republicanizar a nação que não o era, a golpes de voluntarismo que acabaram sendo sinónimo de intolerância para com toda a diferença. Poucos quiseram ouvir os alertas de António José de Almeida, quando este defendia, em 1911-1912, que a jovem República deveria fazer-se ecuménica através de uma política de abrangência e de “atracção”. A maioria preferiu o método de Afonso Costa, de “repulsão” de todos os reais ou putativos adversários, subscrevendo o mandamento de que o país poderia ser para todos, mas o Estado teria de ser só para os republicanos.

A partir de 1910, não apenas o Estado mas também, e por consequência, o país foram dominados por uma vanguarda “esclarecida”, exclusivista, radical e minoritária, que experimentou a impossibilidade inerente a todo o revolucionarismo fracturante em cenário sócio-ideológico que o não é. O país nunca compreendeu Afonso Costa. E querendo ser escutado e seguido, Afonso Costa emprestou à República uma dinâmica de PREC infundável e nunca encerrado. O regime viveu de ser revolucionário (mesmo que, paradoxalmente, assumisse por vezes políticas retrógradas), e parecia ser tanto mais revolucionário (sobretudo nos seus primeiros anos), quanto mais os líderes da política constataavam que o país não mudava à velocidade mental e social que eles lhe prescreviam. Todos os grandes *dossiers* da política “afonsista” – a Lei de Separação e a “questão religiosa”, os recuos na legislação laboral, eleitoral e de imprensa ou a voluntariosa participação na Primeira Guerra Mundial – têm sempre de ser considerados a esta luz.

Comparada com a Monarquia Constitucional e sobretudo com a República actual, posterior a 1976, a Primeira República não foi uma experiência de liberdade, nem um seu momento de reforço ou

aprofundamento significativos. Como hoje muitos reconhecem, o país mudou profundamente com a ruptura operada pela revolução liberal e pela guerra civil na primeira metade do século XIX, e voltaria a mudar profundamente mais uma vez, mais tarde, entre os anos 1950-1970. Argumentar que teria sido o regime de 1910-1926 a realizar a grande refundação de Portugal seria não perceber que os verdadeiros saltos dados na vida nacional contemporânea ocorreram antes de 1910 e depois de 1926. Com a Primeira República, anunciou-se um mundo novo. Mas dissipada a espuma dos acontecimentos do tempo, o que ficou de mais duradouro foram os seus símbolos, que desde então e até hoje passaram a definir a pátria republicana. No melhor, ela terá sido uma tentativa de modernização do país que culpas próprias e acidentes alheios condenaram ao insucesso; no pior, foi um permanente estado de guerra civil larvar, dominado pela instabilidade institucional, pela violência política, pela incerteza económica e pela anarquia social, que cansou os portugueses e desgostou os intelectuais que pensavam Portugal. Da *Renasença* à *Seara Nova*, do *Integralismo Lusitano* ao modernismo estético e literário do *Orpheu*, a maioria da intelectualidade de 1910-1926 foi tão crítica do sectarismo republicano como já os homens de letras e da cultura tinham sido dos impasses monárquicos. António Sérgio ecoou o descontentamento geral em 1929, ao perguntar e responder: “Fez-se a República verdadeiramente? Não se fez!”

Se as recentes comemorações do centenário de 1910 tivessem forçado demasiado o tom de glorificação do regime republicano então fundado – e em alguns momentos quis-se que isso acontecesse – teriam cometido um erro histórico. Filiar a actual democracia pluralista e cosmopolita, mesmo com os seus defeitos e incertezas, na Primeira República é insultuoso para o regime em que vivemos e lisonjeiro para o que vigorou entre 1910 e 1926. A crise actual teve um efeito calmante, e neste sentido positivo, sobre as comemorações, ajudando a estabelecer um maior distanciamento analítico em relação ao passado e a evitar a glorificação acrítica. Mas também de nada serve, hoje, denegrir simplesmente a Primeira República e repudiar por completo a sua recordação. Foi isso que a historiografia do Estado Novo fez, não apenas em relação a

A REPÚBLICA NASCEU
IMPROVISADA,
BURGUESA, CITADINA
E MAIORITARIAMENTE
LISBOETA, NUM PAÍS QUE
CONTINUARIA A SER
RURAL, CONSERVADOR
E ANALFABETO. OS
REPUBLICANOS NÃO
SERIAM, EM 1910, MAIS DO
QUE 100 MIL NUM PAÍS
COM QUASE 6 MILHÕES
DE HABITANTES, E POR
ISSO FOI O TELÉGRAFO
QUE “TRANSMITIU”
A REPÚBLICA PARA A
PROVÍNCIA.

1910-1926 mas a todo o liberalismo oitocentista. Dos tabus e dos silêncios, contudo, nunca resulta conhecimento algum.

Entre a “festa” e o “apedrejamento” resta então – sempre – um caminho que é de revisitação. O grande debate que as recentes comemorações do centenário deixaram em aberto, e que competirá à historiografia aprofundar no futuro, é o de saber por que razões a República – aqui entendível como oportunidade para cumprir a *res publica*, enquanto cultura de alargamento da aprendizagem cívica em liberdade, paz e progresso – permaneceu incumprida entre 1910 e 1926. A Primeira República não quis ser democrática e livre, não soube ou não conseguiu? Talvez Afonso Costa nunca a tenha querido assim; António José de Almeida não conseguiu fazê-la assim; depois, Sidónio Pais já não soube, e a Nova República, de 1919 a 1926, já não pôde, porque para tal lhe faltou o tempo e a base de apoio. Sobra ainda assim o problema de fundo: dificilmente aquela República que tomou o poder em Portugal poderia ter sido uma experiência liberal se se tiver presente a distinção ideológica (alguns diriam mesmo a incompatibilidade), herdada do século XIX, entre *liberalismo* e *radicalismo*, e



se se considerar que a Monarquia Constitucional se filiava no primeiro e o republicanismo “afonsista” no segundo.

O balanço global negativo sobre a obra da Primeira República não deve fazer-nos esquecer o lugar central que 1910 ocupa na evolução do século XX português. Na realidade, o estudo dos anos de 1910–1926 é indispensável para compreender tudo o que se seguiu até aos dias de hoje. Sem a falência da “democracia” republicana não se percebe nem a nostalgia dos “reviralhistas” que lutaram contra a Ditadura Militar entre 1927 e 1931, nem, sobretudo, a aceitação e a durabilidade do autoritarismo salazarista, que no fundo configurou a desforra

da “ordem” contra a “desordem” até aí prevalecente. Da mesma maneira, sem se atender aos efeitos entorpecentes dos dois regimes que somados constituíram 2/3 do século XX português (Primeira República e Estado Novo, 1910–1974), também não se podem compreender a relativa juventude e inexperiência, os limites e os estrangulamentos que a actual República e a sua democracia ainda revelam, no confronto com outros parceiros europeus que não tiveram de passar décadas a pagar a factura deixada aos portugueses pelo sectarismo intolerante de Afonso Costa e pelo autoritarismo paternalista de Oliveira Salazar.

A história do 5 de Outubro e da Primeira República portuguesa não é, em suma, a narrativa longínqua de um “país

estrangeiro” e o seu estudo deve ser promovido, identificando os males nacionais que ciclicamente persistem e valorizando os impulsos mais generosos que os percalços conjunturais foram invalidando ou atrasando. Em si mesmo, o período de 1910–1926 foi um dos episódios da história mais vasta do republicanismo nacional, que existiu como *cultura* ideológica por detrás das liberdades da Monarquia Constitucional, que continuou a existir, como *forma* de regime, sob a Ditadura Militar e o Estado Novo (significativamente, o autoritarismo nunca aceitou mudar a bandeira nacional, o hino ou a moeda), e que ressurgiu, como forma institucional e cultura política de uma democracia plena, depois de 1974. Quer isto dizer que a memória da Primeira República não pode esgotar a história do republicanismo em Portugal. E muito menos a sua actualidade. No catálogo de regimes imagináveis pela ciência política, um saudável *res publicanismo*, concebido como aprofundamento da cidadania inclusiva e promoção da responsabilidade pública, e alicerçado numa ética solidária de desinteresse e virtude, é ainda o melhor conteúdo que podemos dar à democracia de que nos dizemos militantes. Conhecer as verdades sobre os tempos, os homens e as ideias que rodearam o 5 de Outubro de 1910, que fizeram a história da Primeira República e cuja herança se projectou ao longo de todo o século XX, pode e deve ter pelo menos a benéfica consequência de conhecermos melhor como chegámos onde hoje estamos e o que é que está nas mãos de todos evitar ou aprofundar no futuro. ■

Guia de Leituras

· AA.VV. (2010), 25 olhares sobre a I República. Do republicanismo ao 28 de Maio, Lisboa, Edição Público e CNCCR.

· AMARAL, Luciano (org.) (2011), Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910–1926), Lisboa, Edições 70.

· BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2010), A Monarquia Constitucional, 1807–1910, Lisboa, Texto Editores.

· CATROGA, Fernando (2010), O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910, 3.ª ed., Lisboa, Casa das Letras.

· CATROGA, Fernando (2011), Ensaio Republicano, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

· MAGALHÃES, Joaquim Romero (2009), Vem aí a República! 1906–1910, Coimbra, Almedina.

· MÓNICA, Maria Filomena (2010), A Queda da Monarquia. Portugal na viragem do século, 3.ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote.

· RAMOS, Rui (2001), A Segunda Fundação (1890–1926), 2.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa.

· RAMOS, Rui (2004), «Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926», in Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha

(1918–1931) (ed. Manuel Baião), Lisboa, Colibri, pp. 185–246.

· RAMOS, Rui (2005), «A Revolução Republicana de 1910–1911: uma reinterpretção», in As Revoluções Contemporâneas (coord. Fernando Martins e Pedro Aires Oliveira), Lisboa, Colibri, pp. 71–105.

· ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coords.) (2009), História da Primeira República Portuguesa, Lisboa, Tinta-da-China.

· SARDICA, José Miguel (2011), Da Monarquia à República. Pequena História Política, Social e Militar, Lisboa, Alêtheia Editores.

· SARDICA, José Miguel (2011), «Public intellectualism and the demise of the Portuguese monarchy. The ideological roots of the republican victory of 1910», in Intellectual Topographies and the Making of Citizenship (coord. Helena Gonçalves Silva, Maria Laura Bettencourt Pires e Inês Espada Vieira), Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 219–258.

· VALENTE, Vasco Pulido (2010), O Poder e o Povo. A Revolução de 1910, 6.ª ed., Lisboa, Alêtheia Editores.

· VALENTE, Vasco Pulido (2010), A República Velha. 1910–1917, 3.ª ed., Lisboa, Alêtheia Editores.